

No. 28028

---

**BRAZIL  
and  
ECUADOR**

**Agreement on the exchange of experience in the field of vocational training, supplementary to the Agreement on bases for economic and technical cooperation. Signed at Brasília on 9 February 1982**

*Authentic texts: Portuguese and Spanish.*

*Registered by Brazil on 18 April 1991.*

---

**BRÉSIL  
et  
ÉQUATEUR**

**Accord concernant l'échange de données d'expériences dans le domaine de la formation professionnelle, complémentaire à l'Accord établissant les bases d'une coopération économique et technique. Signé à Brasília le 9 février 1982**

*Textes authentiques : portugais et espagnol.*

*Enregistré par le Brésil le 18 avril 1991.*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO EQUADOR PARA O INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS NO CAMPO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Equador,

NO ESPÍRITO do Convênio sobre Bases para a Cooperação Técnica e Econômica, assinado em Quito, a 5 de março de 1958; e

NO CONTEXTO das disposições contempladas no Acordo Básico de Cooperação Técnica, assinado entre os dois Governos a 9 de fevereiro de 1982; e

COM O DESEJO de unificar os esforços que contribuam ao fortalecimento das instituições de capacitação profissional, através do intercâmbio de experiências nas diferentes áreas da formação profissional;

CONCORDAM em assinar o presente Ajuste Complementar nos seguintes termos:

ARTIGO I

As Partes Contratantes designam, respectivamente, como entidades executoras do presente Ajuste Complementar, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o "Servicio Ecuatoriano de Capacitación Profesional" (SECAP).

## ARTIGO II

O presente Ajuste Complementar tem como propósito alcançar, através de atividades de cooperação técnica mútuas, o intercâmbio de experiências e assessoramento nos campos de: sistema organizacional, diagnóstico, planejamento, programação técnico-pedagógica, operacionalização e avaliação da formação profissional.

## ARTIGO III

As Partes se comprometem a proporcionar a formação, o aperfeiçoamento e/ou capacitação de gerentes, profissionais, técnicos, administradores e outras pessoas das entidades executoras e de indústrias, através de cursos, estágios, treinamento, visitas de observação e assessoramento de peritos, planejados e programados de comum acordo, buscando conseguir efeitos multiplicadores.

## ARTIGO IV

O financiamento das modalidades de cooperação técnica previstas no presente Ajuste Complementar, bem como os termos e condições salariais, subsídios para transferência, gastos de viagem, assistência médica e outras vantagens em benefício do pessoal que participe na cooperação prevista no Artigo III, serão estipulados pelas Partes Contratantes no âmbito de cada projeto.

## ARTIGO V

A parte equatoriana se compromete a:

- a) que os funcionários ou gerentes, que envie para estagiar e/ou participar de cursos, respeitem as normas e regulamentos do SENAI e a

- autoridade das pessoas designadas para supervisionar sua formação;
- b) fornecer todos os recursos disponíveis, através de suas unidades técnicas e administrativas, a fim de atender as necessidades que os funcionários e técnicos do SENAI identifiquem como indispensáveis para se alcançarem os objetivos de cooperação técnica;
- c) avaliar os programas e relatar seus resultados ao SENAI, com a finalidade de que sejam introduzidas melhorias e capitalizadas experiências, as quais serão publicadas para o benefício de ambas as instituições, do CINTERFOR e de outras instituições nacionais ou estrangeiras; e
- d) alocar em seu orçamento anual os recursos necessários ao custeio dos gastos que provenham dos diferentes programas, em conformidade com os projetos acordados entre as Partes.

#### ARTIGO VI

A Parte brasileira se compromete a:

- a) cooperar com o SECAP no planejamento, organização administrativa e técnica do ensino, desenho, métodos pedagógicos e de diagnóstico, formação de agentes multiplicadores ou instrutores, operação e execução da formação profissional no Equador, para o que enviará técnicos de acordo com o que se determine no respectivo plano de atividades de cada projeto;
- b) permitir que o pessoal equatoriano, previamente selecionado pelo SECAP e aprovado pelo SENAI, e sob o planejamento estabelecido por mútuo

- acordo entre as Partes, participe de estágios e/ou cursos de treinamento orientados e dirigidos por técnicos do SENAI em suas dependências e centros de formação industrial;
- c) assessorar o SECAP no estabelecimento e desenvolvimento da formação industrial e nos programas específicos de cooperação técnica;
- d) conceder facilidades para que o pessoal equatoriano indicado pelo SECAP e aprovado pelo SENAI possa assistir aos cursos regulares de aprendizagem e capacitação nos níveis de primeiro, segundo e terceiro graus nos centros de formação industrial do SENAI;
- e) assumir a responsabilidade dos custos indiretos nos programas desenvolvidos pelos bolsistas do SECAP no SENAI, e o pagamento dos salários dos instrutores e técnicos participantes, bem como o fornecimento de material didático a ser utilizado nos diversos programas; e
- f) responsabilizar-se pelo pagamento dos salários e seguros dos técnicos do SENAI enviados ao SECAP para a prestação de serviços de consultoria.

#### ARTIGO VII

Os projetos de cooperação técnica, oriundos deste Ajuste Complementar, serão objeto de ajustes específicos, entre as Partes Contratantes, os quais serão celebrados em observância às disposições legais sobre a matéria vigentes em cada país e descreverão os objetivos e processualísticas da execução do projeto específico, bem como mencionarão sua duração, as obrigações das Partes e o correspondente aporte financeiro.

### ARTIGO VIII

Para facilitar e sistematizar a execução dos projetos que as Partes acordem de conformidade com o previsto no Artigo VII do presente Ajuste, as entidades responsáveis por sua execução elaborarão planos anuais de trabalho para o seu eficiente cumprimento.

### ARTIGO IX

Com base na informação mencionada no Artigo anterior, as entidades responsáveis pela execução dos programas ou projetos acordados entre as Partes elaborarão relatórios semestrais que reflitam seu progresso e os apresentarão, por via diplomática, às autoridades responsáveis por seu controle, em conformidade com as disposições legais vigentes em cada país.

### ARTIGO X

Os técnicos e consultores que atuem sob o amparo do presente Ajuste Complementar se beneficiarão do tratamento outorgado no Artigo VIII do Acordo Básico de Cooperação Técnica celebrado entre os dois Governos.

### ARTIGO XI

1. O presente Ajuste entrará em vigor na data da vigência do Acordo Básico de Cooperação Técnica, ao qual é complementar, e terá uma duração de dois anos, renovando-se automaticamente por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes decida denunciá-lo. Neste caso, a denúncia surtirá efeito seis meses depois da data do recebimento da respectiva notificação.

2. A denúncia não afetará o desenvolvimento de qualquer projeto de cooperação em execução sob o amparo do presente Ajuste, salvo se as Partes Contratantes decidirem o contrário.

Feito em Brasília, aos 9 dias do mês de fevereiro de 1982, em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo  
da República Federativa do Brasil:

[*Signed — Signé*]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

Pelo Governo  
da República do Equador:

[*Signed — Signé*]

LUÍS VALENCIA RODRÍGUEZ

---

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**AJUSTE COMPLEMENTARIO AL ACUERDO BÁSICO DE COOPERACIÓN TÉCNICA ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR, PARA EL INTERCAMBIO DE EXPERIENCIAS EN EL CAMPO DE LA FORMACIÓN PROFESIONAL**

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno de la República del Ecuador,

EN EL ESPIRITU del Convenio sobre Bases para la Cooperación Técnica y Económica, firmado en Quito el 5 de marzo de 1958, y al amparo de las disposiciones contempladas en el Acuerdo Básico de Cooperación Técnica, suscrito entre los dos Gobiernos el 9 de febrero de 1982;

CON EL DESEO de aunar los esfuerzos que contribuyan al fortalecimiento de las instituciones de capacitación profesional, a través del intercambio de experiencias en las diferentes áreas de formación profesional;

CONVIENEN en suscribir el presente Ajuste Complementario:

**ARTICULO I**

Las Partes Contratantes designan respectivamente como entidades ejecutoras del presente Ajuste Complementario, al "Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial" (SENAI) y al Servicio Ecuatoriano de Capacitación Profesional (SECAP).



### ARTICULO II

El presente Ajuste Complementario tiene como propósito alcanzar, a través de acciones de cooperación técnica mutua, el intercambio de experiencias y asesoramiento en los campos de: sistema organizacional, diagnóstico, planificación, programación técnica pedagógica, operacionalización y evaluación de la formación profesional.

### ARTICULO III

Las Partes se comprometen a proporcionar la formación, el perfeccionamiento y/o capacitación de directivos, profesionales, técnicos, administrativos y otras personas de las entidades ejecutoras y de industrias, a través de cursos, pasantías, entrenamiento, visitas de observación y asesoramiento de expertos, planificados y programados de común acuerdo, buscando conseguir efectos multiplicadores.

### ARTICULO IV

El financiamiento de las modalidades de cooperación técnica previstas en el presente Ajuste Complementario, así como los términos y condiciones de salarios, subsidios para transferencia, gastos de viaje, asistencia médica y otras ventajas en beneficio del personal que participe en la cooperación prevista en el Artículo III, serán acordados por las Partes Contratantes dentro del ámbito de cada proyecto.

### ARTICULO V

La Parte ecuatoriana se compromete a:

- a) que los funcionarios o directivos que envíe a pasantías y/o cursos respeten las normas y

reglamentos del SENAI y a la autoridad del personal asignado para guiar su formación;

- b) suministrar todos los recursos disponibles a través de sus unidades técnicas y administrativas para atender las necesidades que los funcionarios y expertos del SENAI identifiquen para cumplir los objetivos de cooperación técnica;
- c) evaluar los programas y hacer conocer sus resultados al SENAI para introducir mejoras y capitalizar experiencias que serán publicadas para beneficio de ambas instituciones y del CINTERFOR y otras instituciones nacionales o extranjeras;
- d) determinar, en su presupuesto anual, las partidas correspondientes para atender los gastos que provengan de los diferentes programas, de conformidad con los proyectos que acuerden las Partes.

#### ARTICULO VI

La Parte brasileña se compromete a:

- a) cooperar con el SECAP en la planificación, organización administrativa y técnica de la enseñanza, diseño y métodos pedagógicos y de diagnóstico, formación de agentes multiplicadores o instructores, operación y ejecución de la formación profesional en el Ecuador, para lo cual enviará expertos de acuerdo a lo que se determine en el respectivo plan de trabajo de los proyectos acordados;

- b) permitir que el personal ecuatoriano previamente seleccionado por el SECAP y aprobado por el SENAI, y bajo la planificación establecida de mutuo acuerdo entre las Partes haga pasantías y/o cursos de entrenamiento orientados y dirigidos por técnicos del SENAI en sus dependencias y centros de formación industrial;
- c) asesorar al SECAP en el establecimiento y desarrollo de formación industrial y en programas específicos de cooperación técnica;
- d) brindar facilidades para que el personal ecuatoriano indicado por el SECAP y aprobado por el SENAI pueda asistir a los cursos regulares de aprendizaje y capacitación en los niveles de primero, segundo y tercer grado en los centros de formación industrial del SENAI;
- e) asumir la responsabilidad de los costos indirectos en los programas desarrollados por los becarios del SECAP en el SENAI, como el pago de los sueldos de los instructores y técnicos participantes, así como el suministro de material didáctico que se utilice en los diferentes programas; y
- f) responsabilizarse por el pago de sueldos y seguros de los técnicos del SENAI enviados al SECAP para prestación de servicios de consultoría.

### ARTICULO VII

Los proyectos de cooperación técnica que se desarrollen al amparo del presente instrumento serán objeto de ajustes específicos entre las Partes Contratantes, los mismos que se celebrarán observando las disposiciones legales que sobre esta materia se hallen vigentes en el respectivo país, en los que se detallarán los objetivos y procedimientos de ejecución de tales proyectos, así como se determinará la duración, las obligaciones de las Partes y el correspondiente aporte financiero.

### ARTICULO VIII

Para facilitar y sistematizar la ejecución de los proyectos que las Partes acuerden, de conformidad a lo previsto en el Artículo VII del presente Ajuste, las entidades responsables de su ejecución elaborarán planes anuales de trabajo para su eficiente cumplimiento.

### ARTICULO IX

En base a la información mencionada en el Artículo anterior, asimismo, las entidades responsables de la ejecución de los programas o proyectos acordados entre las Partes elaborarán informes semestrales, que reflejen su estado de progreso y los presentarán por vía diplomática a las respectivas autoridades responsables de su control, de conformidad a las disposiciones vigentes en cada país.

### ARTICULO X

Los técnicos y consultores que actúen al amparo del presente Ajuste Complementario se beneficiarán del

tratamiento otorgado en el Artículo VIII del Acuerdo Básico de Cooperación Técnica celebrado entre los dos Gobiernos.

#### ARTICULO XI

1. El presente Ajuste entrará en vigencia en la fecha en que entre en vigor el Acuerdo Básico de Cooperación Técnica, al cual es complementario, y tendrá una duración de dos años, renovándose automáticamente por períodos iguales y sucesivos, a menos que una de las Partes decida denunciarlo. En este caso, la denuncia surtirá efecto seis meses después de la fecha de recibida la respectiva notificación.

2. La denuncia no afectará el desarrollo de cualquier proyecto de cooperación en ejecución al amparo del presente Ajuste, salvo si las Partes Contratantes decidieren lo contrario.

Hecho en Brasilia, a los 9 días del mes de febrero de 1982, en dos ejemplares, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

Por el Gobierno  
de la República Federativa del Brasil:

[Signed — Signé]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

Por el Gobierno  
de la República del Ecuador:

[Signed — Signé]

LUÍS VALENCIA RODRÍGUEZ

## [TRANSLATION — TRADUCTION]

**AGREEMENT<sup>1</sup> BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF ECUADOR ON THE EXCHANGE OF EXPERIENCE IN THE FIELD OF VOCATIONAL TRAINING, SUPPLEMENTARY TO THE AGREEMENT ON BASES FOR ECONOMIC AND TECHNICAL COOPERATION<sup>2</sup>**

The Government of the Federative Republic of Brazil and  
The Government of the Republic of Ecuador,

In the spirit of the Agreement on bases for economic and technical cooperation signed at Quito on 5 March 1958,<sup>2</sup> and

In the context of the provisions of the Basic Agreement on technical cooperation concluded between the two Governments on 9 February 1982,<sup>3</sup>

Desiring to consolidate efforts to strengthen vocational training institutions by exchanging experience in various areas of vocational training;

Agree to conclude the present Supplementary Agreement:

*Article I*

The Contracting Parties shall designate, respectively, as executing agencies for this supplementary Agreement, the National Industrial Apprenticeship Service (SENAI) and the Ecuadorian Vocational Training Service (SECAP).

*Article II*

The object of this Supplementary Agreement is to promote, through mutual technical cooperation, an exchange of experience and advisory services in the fields of: organizational-structure, problem-solving, planning, drawing up technical education curricula, and the practical application and evaluation of vocational training.

*Article III*

The Parties undertake to provide training, further training and/or skills development for executives and for professional, technical, administrative and other personnel from the executing agencies and from industrial enterprises, through courses, internships, training, observation visits and expert advice, which shall be planned and scheduled by mutual agreement with a view to achieving a multiplier effect.

*Article IV*

The financing of the various type of technical cooperation provided for under the present Supplementary Agreement, together with the conditions governing and salaries, transfer allowances, travel costs, medical care and other benefits for per-

<sup>1</sup> Came into force on 20 June 1984, the date of entry into force of the Basic Agreement on technical cooperation, in accordance with article XI (1).

<sup>2</sup> United Nations, *Treaty Series*, vol. 369, p. 43.

<sup>3</sup> *Ibid.*, vol. 1364, p. 341.

sonnel participating in the cooperation provided for under article III, shall be determined by the Contracting Parties within the framework of each project.

#### *Article V*

Ecuador undertakes to:

(a) Ensure that the personnel or executives sent as interns and/or to attend courses comply with the rules and regulations of SENAI and respect the authority of the personnel assigned to supervise their training;

(b) Provide, through its technical and administrative units, all available resources to meet any requirements which SENAI officials and experts determined to be necessary for the purpose of achieving technical cooperation goals;

(c) Evaluate the programmes and inform SENAI of the results with a view to introducing improvements and profiting from experience, which shall be written up and published for the benefit of the two institutions, CINTERFOR and other national or foreign institutions; and

(d) To make provision in its annual budget to defray the cost of the various programmes, in accordance with the projects agreed upon by the Parties.

#### *Article VI*

Brazil undertakes:

(a) To cooperate with SECAP in the areas of planning, administrative and technical organization of instruction, teaching and problem-solving design and methodologies training of extension workers of instructors, and operational and delivery aspects of vocational training in Ecuador, for which it shall send experts in accordance with the plan of work for each project;

(b) To enable the Ecuadorian personnel previously selected by SECAP and approved by SENAI, as provided for under the plans established by mutual agreement between the Parties, to become interns and for to attend, training courses supervised and directed by SENAI technical personnel in the divisions and industrial training centres of SENAI;

(c) To advise SECAP regarding the establishment and execution of industrial training programmes and individual technical cooperation programmes;

(d) To provide the necessary facilities so that the Ecuadorian personnel designated by SECAP and approved by SENAI may attend regular apprenticeship and training courses at the primary, secondary and tertiary levels at SENAI industrial training centres;

(e) To defray the indirect costs incurred under programmes developed for SECAP fellowship-holders within SENAI, including the cost of the salaries of the participating instructors and technical personnel and of providing the educational materials used in the various programmes; and

(f) To pay the cost of salaries and insurance for SENAI technical personnel sent to SECAP to provide consultancy services.

#### *Article VII*

The technical cooperation projects to be carried out under the present instrument shall be the objects of specific agreements between the Contracting Parties,

which shall be concluded in accordance with the relevant legal provisions in force in each country, shall specify the objectives and modalities of execution of those projects and shall determine their duration, the obligations of the Parties and the corresponding financial contribution.

*Article VIII*

Pursuant to article VII of the present Agreement, the agencies responsible for the execution of the projects agreed upon by the Parties, shall, in order to facilitate and streamline such execution, draw up annual plans of work in the interest of effective implementation.

*Article IX*

On the basis of the information referred to in the preceding article, the agencies responsible for the execution of the programmes and projects agreed upon by the Parties shall prepare half-yearly progress reports and shall submit them through the diplomatic channel to the respective monitoring authorities, in accordance with the provisions in force in each country.

*Article X*

The technical personnel and consultants who serve under the terms of the present Supplementary Agreement shall be treated in accordance with provisions of article VIII of the Basic Agreement on technical cooperation between the two Governments.

*Article XI*

1. The present Agreement shall enter into force on the date of entry into force of the Basic Agreement on technical cooperation, which it supplements and shall remain in force for two years, being automatically renewable for successive two-year periods unless one of the Parties decides to denounce it. In such case, the denunciation shall take effect six months following the date of receipt of the notification in question.

2. The denunciation shall not affect the execution of any project in progress under the present Agreement, unless the Contracting Parties decide otherwise.

DONE at Brasilia, on 9 February 1982, in duplicate, in the Portuguese and Spanish languages, both texts equally authentic.

For the Government  
of the Federative Republic of Brazil:

[Signed]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

For the Government  
of the Republic of Ecuador:

[Signed]

LUÍS VALENCIA RODRÍGUEZ



## [TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD<sup>1</sup> ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DE L'ÉQUATEUR CONCERNANT L'ÉCHANGE DE DONNÉES D'EXPÉRIENCE DANS LE DOMAINE DE LA FORMATION PROFESSIONNELLE, COMPLÉMENTAIRE À L'ACCORD ÉTABLISSANT LES BASES D'UNE COOPÉRATION ÉCONOMIQUE ET TECHNIQUE<sup>2</sup>

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et

Le Gouvernement de la République de l'Équateur,

Dans l'esprit de l'Accord établissant les bases d'une coopération économique et technique, signé à Quito le 5 mars 1958<sup>2</sup>;

Dans le contexte des dispositions de l'Accord de base de coopération technique, signé entre les deux gouvernements le 9 février 1982<sup>3</sup>;

Désireux d'unir les efforts qui contribuent à renforcer les institutions de formation professionnelle en procédant à un échange de données d'expérience dans différents domaines de la formation professionnelle,

Conviennent de signer le présent Accord complémentaire dans les termes suivants :

*Article premier*

Les Parties contractantes désignent respectivement, comme agents d'exécution du présent Accord complémentaire, le Service national d'apprentissage industriel (SENAI) du Brésil et le Service équatorien de formation professionnelle (SECAP).

*Article II*

Le présent Accord complémentaire a pour objet de procéder, dans le cadre d'activités mutuelles de coopération technique, à l'échange de données d'expérience et de services consultatifs dans les domaines suivants : systèmes d'organisation, diagnostic, planification, programmation technico-pédagogique, mise en œuvre opérationnelle et évaluation de la formation professionnelle.

*Article III*

Les Parties s'engagent à assurer la formation ou le perfectionnement professionnel des dirigeants, cadres, experts, administrateurs et autres collaborateurs des agents d'exécution et de l'industrie au moyen de cours, stages, instruction pratique, visites d'études et services consultatifs d'experts, planifiés et programmés d'un commun accord, dans le but d'obtenir des effets multiplicateurs.

<sup>1</sup> Entré en vigueur le 20 juin 1984, date de l'entrée en vigueur de l'Accord de base de coopération technique, conformément au paragraphe 1 de l'article XI.

<sup>2</sup> Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 369, p. 43.

<sup>3</sup> *Ibid.*, vol. 1364, p. 341.

#### *Article IV*

Le financement des modalités de coopération technique visées par le présent Accord complémentaire, de même que les conditions de rémunération, les allocations de déplacement, les frais de voyage, les soins médicaux et autres prestations destinées aux personnels qui participent à la coopération décrite à l'article III sont stipulées par les Parties contractantes dans le cadre de chaque projet.

#### *Article V*

La partie équatorienne s'engage à :

- a) Assurer que les employés et dirigeants détachés pour participer à des stages ou cours respectent les normes et règlements du SENAI ainsi que l'autorité des individus chargés de superviser leur formation;
- b) Fournir toutes les ressources disponibles, par l'intermédiaire de ses services techniques et administratifs, afin de répondre aux besoins jugés indispensables par les fonctionnaires et experts du SENAI pour réaliser les objectifs de la coopération technique;
- c) Evaluer les programmes et communiquer au SENAI les résultats de cette évaluation afin d'introduire des améliorations et de colliger les données d'expérience qui seront publiés à l'intention des deux institutions, du CINTERFOR et d'autres institutions nationales et étrangères; et
- d) Affecter dans son budget annuel les ressources nécessaires à la prise en charge des frais résultant des différents programmes, conformément aux projets convenus entre les parties.

#### *Article VI*

La partie brésilienne s'engage à :

- a) Collaborer avec le SECAP à la planification et à l'organisation administrative et technique de l'enseignement, à l'élaboration des méthodes pédagogiques et diagnostiques, à la formation des vulgarisateurs et des instructeurs, à la mise en œuvre et à l'exécution d'actions de formation professionnelle en Equateur, ce pour quoi elle délègue des experts, conformément au cahier des charges de chaque projet;
- b) Assurer que le personnel équatorien sélectionné par le SECAP et approuvé par le SENAI participe, conformément aux plans établis d'un commun accord par les parties, à des stages ou cours de formation animés et dirigés par des experts du SENAI dans ses établissements et centres de formation industrielle;
- c) Conseiller le SECAP pour l'élaboration et le développement de la formation professionnelle, ainsi que dans le cadre de programmes spécifiques de coopération technique;
- d) Accorder les facilités nécessaires pour permettre au personnel équatorien désigné par le SECAP et approuvé par le SENAI de participer à des cours réguliers d'apprentissage et de formation des premier, deuxième et troisième degrés dans des centres de formation industrielle du SENAI;
- e) Prendre en charge les coûts indirects des programmes mis au point par les boursiers du SECAP auprès du SENAI, le versement des traitements des instructeurs et experts participants, ainsi que la fourniture des matériels didactiques destinés aux divers programmes; et

f) Verser les traitements et les primes d'assurance des experts détachés auprès du SECAP pour lui fournir des services consultatifs.

#### *Article VII*

Les projets de coopération technique relevant du présent Accord complémentaire font l'objet d'arrangements spécifiques, conclus entre les Parties contractantes, qui doivent être conformes aux dispositions légales en vigueur en la matière dans chaque pays et décrire les objectifs et les procédures d'exécution de chaque projet en précisant sa durée, les obligations des parties et leur apport financier respectif.

#### *Article VIII*

Dans le but de faciliter et de systématiser l'exécution des projets convenus par les Parties conformément à l'article VII du présent Accord complémentaire, les organismes chargés de leur exécution élaborent des cahiers des charges annuels pour sa bonne mise en œuvre.

#### *Article IX*

En se fondant sur les informations mentionnées à l'article précédent, les organismes chargés de l'exécution des projets convenus par les Parties élaborent des rapports semestriels sur l'état d'avancement de leurs travaux et ils les présentent, par la voie diplomatique, aux autorités dont ils relèvent, conformément aux dispositions légales en vigueur dans chaque pays.

#### *Article X*

Les experts et consultants relevant du présent Accord complémentaire bénéficient du régime prévu par l'article VIII de l'Accord de base de coopération technique conclu entre les deux pays.

#### *Article XI*

1. Le présent Accord entre en vigueur à la même date que l'Accord de base de coopération technique, dont il est complémentaire; il a une durée de deux ans et il est renouvelable par tacite reconduction pour des périodes successives d'égale durée, à moins que l'une ou l'autre des Parties ne le dénonce, auquel cas la dénonciation déploie ses effets six mois après la date à laquelle elle a été reçue.

2. A moins que les Parties contractantes n'en décident autrement, la dénonciation n'affecte aucunement le déroulement des projets de coopération qui sont déjà en cours d'exécution dans le cadre du présent Accord complémentaire.

FAIT à Brasília, le 9 février 1982, en deux exemplaires originaux en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement  
de la République fédérative du Brésil :

[Signé]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

Pour le Gouvernement  
de la République de l'Equateur :

[Signé]

LUÍS VALENCIA RODRÍGUEZ

